



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## ASSESSORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO

### PARECER JURÍDICO 41/2023 – PLC 02 /2023

Parecer jurídico ao projeto de lei Complementar nº 02/2023 que “Dispõe sobre desafetação do uso de via pública municipal, e dá outras providências e dá outras providências”.

#### CONSULTA:

Após receber o projeto de lei em epígrafe, a Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas emite o seu parecer a esta proposição, de autoria do Executivo Municipal, que propõe sobre a desafetação do uso de via pública municipal.

#### PARECER:

O projeto de lei em referência está redigido em linguagem parlamentar e obedece às regras da técnica legislativa.

Por se tratar de questão envolvendo parcelamento do solo e ocupação do solo, o PL veio apresentado como complementar, conforme preconiza o artigo 91 do Regimento Interno dessa Casa de Leis, juntamente com o artigo 41 VIII, da LOM.

A desafetação é ato estatal unilateral, **cuja formalização depende de autorização legislativa**, por meio do qual altera-se o regime jurídico aplicável ao bem público, produzindo sua submissão ao regime de bem dominical.

A desafetação é o desligamento do bem da estrutura institucional e organizacional do Estado. O bem continua a ser público, mas deixa de ser aplicado para o desempenho das funções próprias do Estado, no caso do município, podendo ocorrer por fato jurídico, ato administrativo ou lei.

Quando o bem for de uso comum do povo poderá, em regra, ser desafetado por lei, ou ainda ter sua destinação alterada para uso especial.

No caso em questão, o Executivo propõe a desafetação de uso da Rua Vicente Miguel Neves, para atender o interesse público de ampliação de área para as escolas municipais



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

Monsenhor Nardy; Futura Escola Balão Mágico; Antigo Posto de Saúde e também a área da Quadra poliesportiva José Murilo da Cunha, conforme limites, confrontações e descrições da planta e memorial descritivo constantes do Anexo Único do PL.

Portanto, o bem se diz desafetado quando não está sendo usado para qualquer finalidade pública, sendo assim, destaco que a proposta, também busca dar melhor destinação à área que hoje é uma via pública que só faz divisa com prédios públicos da Administração Pública Municipal, não acarretando prejuízos à terceiros.

Diógenes Gasparini conceitua desafetação como o inverso de afetação, ou seja, é o fato administrativo pelo qual um bem público é desativado, deixando de servir à finalidade pública anterior.

A competência para desafetar está consagrada constitucionalmente aos entes públicos. Através da autonomia conferida constitucionalmente o que garante aos Entes Públicos o direito de, com as devidas ressalvas legais, dispor de todos os bens que estão sob o seu domínio.

Por fim, a formalidade, pela qual se processa a alteração da finalidade do bem quanto ao seu fim público mostra-se irrelevante quando, de outro lado, encontra-se uma necessidade em propiciar utilidade ao bem como prevalência da supremacia do interesse público. Desse modo, quando há um bem afetado, mas inutilizado ou inservível à coletividade, mostra-se adequada à desafetação e posterior alienação do bem, tendo como premissa maior o interesse público envolvido, conforme demonstrado no caso em questão.

Quando o artigo 67 do CCB preceitua que os bens públicos são inalienáveis, isso significa que o são somente enquanto destinados ao uso comum do povo ou a fins administrativos especiais, isto é, enquanto tiverem afetação pública (destinação pública específica). Desafetados os bens públicos, seja através de lei, fato ou ato administrativo, eles poderão ser alienados, transformando-se em bens dominicais, na forma do artigo 101 do CC.

No presente caso de desafetação, o foco é a alteração da finalidade e destinação do bem, modificação que, em regra, dar-se-á mediante lei. A competência para desafetar é inerente aos próprios Entes Públicos, através da autonomia que lhes foi constitucionalmente atribuída, nos termos do art. 16 da Constituição Federal.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

Desta forma, considerando o interesse público relevante e não havendo nenhum impedimento legal, conclui-se que a proposição em tela é plenamente legítima e legal, nada havendo, sob o aspecto jurídico, que impeça a sua apresentação ao Plenário.

Eis o parecer.

Bom Jardim de Minas-MG, 23 de março de 2023.

  
Dra. Ana Clara Cirilo de Paula

**OAB/MG 173.104**